

16 JAN 2014

BEMPARANÁ

KARLOS
KOHLEBACH

Procura-se um relator

Os deputados que integram a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa estão se esquivando como podem para evitar a relatoria do projeto de lei que concede auxílio moradia aos desembarcadores do Tribunal de Justiça. **Nelson Justus** (DEM), que preside a comissão, não pode relatar o projeto. Um entendimento do ordenamento jurídico garante que a proposta de lei é constitucional, mas o viés político em ano eleitoral tem afastado os deputados da relatoria. De qualquer maneira, o projeto do auxílio moradia deve passar pela CCJ. E aí começa outra correria. No plenário da Assembleia, os parlamentares terão de se manifestar publicamente, através do voto, sobre o projeto. Já tem deputado prevendo uma indisposição bem no dia da votação do auxílio moradia. Caso seja aprovado o projeto concedendo o benefício, o Ministério Público também pode requerer o auxílio.

Buscando a liminar

O Governo do Paraná aposta suas fichas numa decisão liminar da Justiça para ter acesso aos R\$ 817 milhões do Proinveste. A liberação do empréstimo já era dada certa pelo governo, mas uma denúncia encaminhada à Secretaria de Tesouro Nacional (STN) pelo senador **Roberto Requião** (PMDB) pode atrasar o repasse dos recursos. O empréstimo será usado para obras de infraestrutura. O senador acusa o estado de descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - o que impediria a liberação do empréstimo.

16 JAN 2014

BEM PARANÁ

Big brother

O governador Beto Richa (PSDB) sancionou na semana passada um projeto do deputado estadual Rasca Rodrigues (PV) que obriga os pet shops a gravar os serviços e a dar visão total das áreas de banho e tosa de animais domésticos de pequeno, médio e grande porte. "A ideia é permitir aos clientes a visualização dos serviços de banho e tosa no local do serviço. A maioria dos pet shops já faz isso, portanto é uma pequena adaptação", afirmou Rasca.

Prazo

A lei prevê que os estabelecimentos gravem os serviços e forneçam aos clientes que assim desejarem. A lei determina o prazo de dois anos para que os pet shops sejam obrigados a gravarem os serviços. "É um prazo estendido e a colocação de uma câmera, nos dias atuais, não implica em prejuízo econômico", disse Rasca. De acordo com levantamento dos juizados especiais cíveis do Tribunal de Justiça do Paraná, apenas nos nove maiores municípios do estado foram registrados 76 processos judiciais contra pet shops entre 2005 e 2011. Nos processos, as principais reclamações dos clientes são de fraturas, lesões de pele, queimaduras, efeitos colaterais de produtos químicos e até óbitos dos animais.

16 JAN 2014

BEMPARANÁ

MP entra com 8 ações

O Ministério Público do Paraná entrou com nada menos que oito ações de improbidade administrativa contra o ex-prefeito de Campo Magro, Rilton Boza. As ações contestam diversos atos administrativos praticados pelo ex-gestor municipal, incluindo casos de nepotismo, falta de pagamento de salários de servidores e ausência de repasses ao INSS. Numa das ações, o MP acusa Boza de cancelar o IPTU de um imóvel que pertencia a família do ex-prefeito.

De olho na PEC

Muitos “poderosos” do Brasil todo estão de olho no andamento da PEC que tramita na Câmara dos Deputados que pode efetivar os donos de cartórios que não passaram pelo concurso público. A proposta deve ser votada neste ano. O Conselho Nacional de Justiça já se manifestou contrariamente sobre a PEC. Na Câmara, o assunto é considerado delicado e divide opiniões. Segundo dados do CNJ, existem hoje 4.965 dirigentes de cartórios nesta situação (33% do total).

“Evolução da decisão”

O meio jurídico tem seu vocabulário próprio. São embargos de declaração, infringentes, e tantos outros, que só complicam o entendimento da justiça pela sociedade. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio, contribuiu para isso. Ao falar sobre a resolução que limita a ação do Ministério Público em investigações eleitorais, o ministro disparou: “acredito na evolução da decisão”. A declaração foi dada depois que o MP afirmou que iria entrar com uma ação contra esta resolução. Marco Aurélio se posicionou contra a resolução do TSE. Mas para não criar um mal estar entre os seus pares, preferiu dizer que acredita na evolução da decisão. Em outras palavras, ele espera que a resolução seja alterada.

16 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Apartheid no shopping

A ministra da Igualdade Racial, Luiza Bairros (PT), acusa a polícia e os frequentadores de shoppings de discriminar jovens negros nos “rolezinhos”. “As manifestações são pacíficas. Os problemas são derivados da reação de pessoas brancas que frequentam esses lugares e se assustam com a presença dos jovens.” Para ela, a liminar que autorizou os shoppings a barrar clientes “consagra a segregação racial” e dá respaldo ao que a PM “faz cotidianamente”: associar negros ao crime.

Incômodo Para a ministra da Igualdade Racial, um naco da elite brasileira se incomoda ao encontrar jovens negros no shopping. “Uma parcela da sociedade não quer a presença deles em determinados lugares”, diz.

Elite branca O ex-governador Cláudio Lembo (PSD) critica a reação aos “rolês”. “Isso não é problema de polícia. Os jovens não estão fazendo nada de errado”, diz.

Constituição Lembo diz entender que o shopping é um espaço público e que sua administração não pode escolher quem entra. “Está na Constituição”, sustenta.

ROLEZINHO

PAI?!



16 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Os homens de preto

JANIO DE FREITAS

Shopping não é um lugar para bandos de homens armados, pois eles põem em risco inúmeras vidas

MEIO DÚZIA de jovens, todos em atitudes descontraídas, mãos à vista e vazias, exceto as de dois deles que seguram copos de lanchonete. A legenda da foto, na Folha de ontem, diz que "Seguranças abordam jovens no shopping Internacional de Guarulhos". São quatro homens, três com os sinistros ternos e gravatas pretas que hoje valem como uniforme de trogloditas, todos com o cabelo baixinho de tira americano e executivo brasileiro. Entre os dois grupos, mesas e cadeiras. Mas não é tudo.

Apesar da pouca nitidez, não é necessária muita atenção para notar que um dos homens tem na mão direita uma pistola, dedo sobre o gatilho, e um outro aparentemente faz o mesmo. Por quê? Porque esses homens não deviam estar armados, mas estão. Porque, está evidente, não têm preparo para portar arma sem representar insegurança para os circunstantes, mas são os encarregados da segurança. Porque shopping não é lugar para bandos de homens, preparados ou não, estarem armados, se ali a perseguição armada a um assaltante põe em risco, mais do que o ladrão, inúmeras vidas alheias. Não é lugar para eles, mas ali estão eles.

Com suas armas, e ansiosos para sacá-las por nada, e capazes de usá-las só porque as têm. Os exemplos já são muitos. As condições são muito favoráveis a aumentá-los. Sem problema, antes ou depois.

EM DÍVIDA

A atenção atraída pelo presídio maranhense de Pedrinhas encobre o fato de que foi o Presídio Central,

em Porto Alegre, o objeto da exigência de medidas corretivas feita ao Brasil pela OEA com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Já as primeiras investigações indicam, porém, que o caso gaúcho é mesmo gravíssimo. Assassinatos de presos registrados como efeito de doenças que as vítimas nunca tiveram, ao menos 23 homicídios entre 2011 e 2013, uso abundante de drogas, maus tratos generalizados.

O governador gaúcho Tarso Genro guarda, a respeito, silêncio proporcional à omissão que, na 1ª Vara de Execuções Criminais, já foi citada como "conivência do Estado" com o domínio do crime no sistema penitenciário. O silêncio pode convir à sua instável situação eleitoral, mas não é só ao eleitorado local que Tarso Genro deve responder. Até por se tratar, também, de um ex-ministro da Justiça, no governo Lula.

UM CRIVO

São mínimas, se existirem, as probabilidades de que os procuradores da República recuperem o poder de abrir inquérito, por sua própria decisão, contra o que presumam serem crimes eleitorais. O pedido de reconsideração da medida, feito pelo procurador-geral Rodrigo Janot, contraria a eloquência dos votos que impuseram o pedido de autorização de inquérito ao juiz eleitoral: houve só um voto contrário à proposta do ministro Dias Toffoli, o do ministro Marco Aurélio, no Tribunal Superior Eleitoral.

O recurso já previsto por Rodrigo Janot, ao Supremo Tribunal Federal, tem melhor perspectiva aritmética, mas insuficiente para prometer êxito. Os ministros que já passaram pelo TSE tendem a considerar que a alta quantidade de processos derrubados advém de frequente mau uso, por falta de um crivo judicial, da livre iniciativa de procuradores.

Não necessariamente por influência política, mas sem que ela seja raridade. Lá pelo Norte e o Centro-Oeste, sobretudo.

16 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Dirceu pode deixar prisão ainda em 2014

Migração para regime aberto é possível após cumprimento de um sexto da pena, que diminui com trabalho e estudos

Para usufruir de todos os benefícios previstos em lei, petista ainda depende de autorização judicial para trabalhar

SEVERINO MOTTA
DE BRASÍLIA

Condenado a 7 anos e 11 meses de prisão no processo do mensalão, o ex-ministro José Dirceu pode deixar o complexo da Papuda e migrar para o regime aberto após cumprir dez meses da pena, ou seja, ainda neste ano.

A hipótese dependerá da autorização judicial para trabalhar, já solicitada, e da capacidade de Dirceu de gerenciar seu tempo entre o eventual trabalho durante o dia, estudos e leitura de livros — aproveitando assim todos os benefícios disponíveis para detentos do regime semiaberto para a redução de pena.

De acordo com a lei, o preso pode pedir a chamada progressão de regime após cumprir um sexto de sua pena.

No caso de Dirceu, em um ano e quatro meses, ele já estará apto a deixar o presídio e seguir para o regime aberto, quando só é preciso dormir numa Casa do Albergado. Há grandes chances também de ele passar a cumprir pena em casa, como acontece na maioria dos casos, por falta de albergues.

Se trabalhar, Dirceu descontará um dia de pena para cada três de atividade; se estudar, abaterá, também a ca-

da três dias, mais um de sua pena. Por fim, outros quatro dias podem ser descontados por mês se o preso ler um livro e escrever uma resenha.

Como a Justiça ainda não definiu se ele poderá trabalhar na biblioteca de um escritório de advocacia, como pediu, os dez meses deverão ter o acréscimo do tempo entre sua prisão em novembro e a eventual concessão do benefício. Dirceu já está lendo livros e fazendo um curso de direito constitucional por correspondência.

Outros condenados do mensalão também poderão usufruir de benefícios. O empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, operador do esquema sentenciado a 37 anos e cinco meses em regime fechado, poderá migrar para o semiaberto após cumprir 3 anos e 11 meses, caso consiga trabalhar dentro da cadeia, além de estudar e ler.

Até agora, pelo menos sete dos condenados em regime semiaberto pediram autorização da Justiça para trabalhar, entre eles Dirceu. Três já obtiveram o benefício.

A teoria da progressão de regime e a prática da redução de pena não acontece de forma tão simples, segundo advogados. O especialista em direito penal do escritório Siqueira Castro, Felipe Almeida, disse que são raros os casos de detentos que conseguem desempenhar as três atividades.

“A dinâmica de cada presídio conta muito. Há casos em que, quando o preso acaba o trabalho, a biblioteca está fechada. Se for estudar na cela, tem o horário de apagar as luzes. São muitos os obstáculos”, disse.

Para o presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Marcus Vinícius Furtado Coêlho, a concessão de benefícios é positiva na redução dos presos, mas é preciso que o sistema prisional amplie o leque de atividades para atender um número maior de detentos.

Visão semelhante é compartilhada pelo presidente da Ajufe (Associação dos Juizes Federais), Nino Toldo. Para ele, “quanto maior o tempo que uma pessoa passa no cárcere, mais ela se brutaliza”.

16 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Barbosa ganhará R\$ 14 mil em diárias na Europa

Segundo STF, ministro interromperá férias antes de cumprir agenda oficial no exterior

O presidente do STF, Joaquim Barbosa, receberá 11 diárias internacionais, que somam R\$ 14,1 mil, para proferir duas palestras e cumprir agenda oficial de encontros no fim deste mês, na França e na Inglaterra.

Conforme mostrou ontem o jornal "O Estado de S. Paulo", o valor será pago no período de férias do ministro — que teve início no último dia 7, sem ele ter assinado o mandado de prisão do deputado João Paulo Cunha (PT-SP).

A assessoria de imprensa do STF informou, porém, que as diárias serão pagas no período em que Barbosa cumprirá agenda de compromissos oficiais na Europa. Segundo a assessoria, o ministro está em férias na América Latina e interromperá seu descanso antes de ir à Europa.

Além das palestras, na Universidade de Paris e no King's College (Londres), Barbosa terá encontros com o presidente do Conselho Constitucional da França, Jean-Louis Debré, e a ministra da Justiça francesa, Christiane Taubira.

Na Inglaterra, haverá encontros dele com associações de juizes, com o presidente da Ordem dos Advogados da Inglaterra e Gales e com o diretor da Biblioteca Britânica.

16 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Justiça autoriza tirar 5 dos 8 aviões parados em Cumbica

Está em vias de acabar o cemitério de aviões do aeroporto internacional de Cumbica, em Guarulhos, na Grande São Paulo.

Dos oito aviões abandonados ali, cinco foram arrematados nos últimos meses, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, e já podem ser removidos.

Desses, quatro são da Vasp e um da cargueira Beta, empresas aéreas que encerraram as operações em 2005 e 2010, respectivamente.

Os aviões não estão mais em condição de voo, por estarem velhos, sem manutenção e com peças faltando — são modelos antigos como Boeings 727-200, Airbus A300 e Douglas DC-8.

Todos são vendidos como sucata para colecionadores ou empresas que reciclam material aeronáutico.

O CNJ não conseguiu detalhar à **folha** a situação dos três aviões restantes.

Entre eles está um jato 727 da extinta Fly Linhas Aéreas que pegou fogo no aeroporto de Cumbica em 2011.

Segundo a concessionária GRU Airport, ainda não há planos de uso da área onde os aviões estão.

VASP

Em breve não haverá mais aviões da Vasp nos aeroportos. Terminou anteontem o prazo para contestação em relação à venda dos quatro últimos aviões da empresa nos aeroportos — em Cumbica, Brasília, São Luís e Salvador. Todos foram arrematados pelo mesmo comprador.

Segundo o juiz Daniel Carnio Costa, da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum João Mendes, inicialmente eram 27 aviões.

O dinheiro obtido — o valor chega a superar R\$ 100 mil por avião — vai para pagar credores da Vasp, cuja falência foi decretada em 2008.

16 JAN 2014

GAZETA DO POVO

Facção desafia agentes penitenciários com motim e grito de guerra

Imagens feitas por agentes penitenciários revelam a pressão sob a qual eles trabalham na Penitenciária Central do Estado (PCE), em Piraquara. Presos usam o nome do Primeiro Comando da Capital (PCC) para bradar gritos de guerra e demarcar alas que seriam dominadas pela facção criminosa. Ontem, no terceiro motim em menos de 40 dias, detentos mantiveram um agente refém para exigir a transferência deles para o interior do estado.

16 JAN 2014

GAZETA DO POVO

VIOLÊNCIA NOS PRESÍDIOS

PCC avança nas penitenciárias do PR

Facção criminosa que surgiu em São Paulo ganha força em presídios do estado. Rituais, gritos de guerra e inscrições identificam membros do grupo

Felippe Aníbal, com a colaboração de Taiana Bubniak e Angieli Maros

A facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) — surgida na década de 1990 nos presídios paulistas — avança de forma ostensiva nos complexos penais e carceragens de delegacias do Paraná. Em uma forma de desafiar as autoridades, os presos usam o nome da facção para demarcar território dentro dos presídios: bradam gritos de guerra e assinalam as alas dominadas pelo grupo. A **Gazeta do Povo** teve acesso a vídeos e fotos feitos por agentes penitenciários que atestam a progressão do “partido do crime” no Paraná. Ontem, enquanto o sindicato se manifestou, cobrando mais segurança no sistema prisional, outra unidade sofreu rebelião e um agente foi feito refém — não houve feridos.

Quatro vídeos gravados entre dezembro de 2013 e janeiro deste ano,

na Penitenciária Estadual de Piraquara-I (PEP-I), mostram o que parece ser um ritual dos presos cooptados pelo PCC. Diariamente, durante o banho de sol, os detentos formam um grande círculo, em que um deles puxa o grito de guerra da facção. Ao final, todos gritam: “PCC, paz, justiça, igualdade e união para todos”.

O grupo criminoso também demonstra ostensividade por dentro das grades. As celas que abrigam integrantes do PCC têm na porta a sigla da facção, grafada de forma improvisada pelos detentos. Nas paredes da primeira galeria, algumas armas desenhadas vêm acompanhadas de inscrições provocativas, como “Somos criados para matar”, “mente terrorista” e “contra opreção” (sic).

Instabilidade

Segundo o Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen), desde dezembro aumentaram as apreensões de “estoques” (armas improvisadas, feitas pelos próprios presos a partir de pedaços de ferro) e serras. Também tem sido maior o volume de celulares e de drogas que familiares tentam repassar aos presos, em marmitas e sacolas. As imagens feitas pelos agentes também mostram escavações em paredes e buracos, o que, segundo o sindi-

cato, evidencia as sucessivas articulações dos presos, na tentativa de fugir.

“A situação é de total instabilidade. Precisamos de mais segurança para trabalhar”, resumiu o vice-presidente do Sindarspen, Antony Johson.

A tensão não é uma exclusividade da PEP-I. Ao lado, na Penitenciária Central do Estado (PCE), os presos “facionados” estão confinados no quarto bloco, onde há quatro galerias e 240 detentos. Um agente penitenciário que trabalha na unidade diz que os membros do PCC é quem dão as cartas por ali. Segundo ele, chegavam a se reunir a portas fechadas com a administração do presídio, para ter acesso a regalias, como alimentação diferenciada e acesso a produtos de fora da penitenciária.

“Eles [os presos do PCC] são completamente indisciplinados. Não aceitam ordens. Reagem a cusparadas, com xingamentos. Semana passada, um deles jogou uma marmita quente na cara de um colega nosso. E nós não podemos reagir. É impossível a ressocialização num ambiente desses”, disse.

CONTINUA

16 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

PCC EM NÚMEROS

Saiba mais sobre a facção:



R\$ 8 milhões

é o lucro mensal do PCC com tráfico de drogas e armas

R\$ 2 milhões

é o lucro mensal do PCC com rifas – de automóveis e eletrodomésticos, vendidas por criminosos em liberdade e familiares



R\$ 650

é a taxa mensal ("cebola"), cobrada dos cerca de 2 mil membros que estão em liberdade



8,5 mil pessoas

é o número aproximado de integrantes do PCC presos. No Paraná, são 626 no total (entre presos e em liberdade)

Fonte: Redação.
Infografia: Gazeta do Povo.

Faccionados estão isolados, diz Depen

O governo do Paraná passou a reconhecer oficialmente as ramificações do PCC no estado em dezembro de 2013, quando o MP-SP divulgou um mapeamento da facção criminosa. O relatório apontava pelo menos 656 "faccionados" no estado. Ontem, o coordenador do Departamento Penitenciário (Depen), Cezinando Paredes, reconheceu a presença do grupo criminoso nos presídios paranaenses e que esses detentos demandam "maior preocupação".

Paredes disse que, quando reassumiu o Depen, havia uma "crise em algumas unidades", mas destacou que a situação está sob controle. A Secretaria de Estado da Segurança Pública, em nota, disse que as ações de inteligência "não são divulgadas por questões estratégicas".

Seju apresenta modelo de gestão ao MA

SÃO LUÍS (MA)
Agência Estado

A secretária de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes, apresentou ontem ao governo do Maranhão — que vive uma crise em seu sistema penitenciário — o modelo de gestão das prisões paranaenses e as experiências de administração penitenciária bem-sucedidas adotadas no estado.

Maria Tereza destacou a apresentação da ferramenta de Business Intelligence (BI), que permite integrar dados do Poder Executivo e Poder Judiciário para acompanhamento dos presos. "O Paraná tem resultados positivos. Temos planejamento, plano de gestão que mostram resultados", afirma a secretária.

1 REFÉM E 18 TRANSFERÊNCIAS

Depois de manter um agente penitenciário refém por mais de cinco horas ontem, 18 presos da Penitenciária Central do Estado (PCE), em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba, tiveram seus pedidos atendidos e foram levados para o interior do estado à noite. De acordo com a previsão da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju), dois camburões deveriam sair em direção a Londrina e Maringá, no Norte do estado, e Foz do Iguaçu, no Oeste. Ainda de acordo com a Seju, esses presos já haviam solicitado transferência para ficar mais perto de onde moram suas famílias. O acordo era que os presos liberassem o agente assim que os camburões e a escolta para levá-los às cidades do interior estiverem preparados. Até o fechamento desta edição, os veículos ainda não haviam chegado à PCE.

CONTINUA

16 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Jogo de futebol marcou a criação de facção

Bruna Komarchesqui

Um jogo de futebol em 31 de agosto de 1993, entre detentos da capital e do interior, foi o marco da criação do Primeiro Comando da Capital (PCC), na Penitenciária de Taubaté, interior de São Paulo. Autor de três livros sobre o tema, o jornalista Josmar Jozino, um dos primeiros a divulgar a existência da facção, explica que os presos vinham se organizando, inclusive com a elaboração de um estatuto, para evitar novos massacres como o do Carandiru, ocorrido no ano anterior. "Era uma espécie de sindicato dos detentos," diz o jornalista.

Os criminosos foram conquistando apoio da população carcerária, após medidas como a proibição do uso de crack nas penitenciárias, o fim das mortes violentas e da violência sexual. "Eles passaram a cobrar mensalidade em troca de proteção. Então, descobriram que o celular é uma arma mais poderosa que o fuzil e passaram a comandar negócios, roubos a banco e o tráfico de dentro

das prisões", detalha.

Um raio X do PCC, concluído pelo Ministério Público Estadual (MPE) de São Paulo no fim do ano passado, após três anos e meio de investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), resultou na denúncia de 175 pessoas e no pedido à Justiça de internação de 32 presos.

O MPE estima que a migração para outros estados tenha começado pelo Paraná, por fatores como a proximidade geográfica. Conversas telefônicas interceptadas pelo Gaeco mostram que o PCC faz contato com DDDs de 22 estados. A maior concentração do grupo ainda é em São Paulo, onde domina 90% das penitenciárias.

"Eles estão cada vez mais organizados. A tecnologia também é um recurso para os presos, que recebem planilhas via internet e pendrives. A maioria dos agentes é honesta. O estado é que é conivente ou não tem competência para fiscalizar."

Josmar Jozino, jornalista policial, autor de três livros sobre o PCC.

OAB

Superlotação é problema crônico em delegacias do estado

A OAB-PR trabalha em um novo relatório sobre a situação das delegacias do estado, que chegam a abrigar oito vezes mais detentos que a capacidade máxima. Uma das situações mais críticas é a do 11º DP, na capital, que tem 25 vagas, mas está com 164 presos. "Fazemos visitas constantes e enviamos os relatórios às secretarias de Segurança e Justiça. Mas, pela dimensão do problema, o avanço não tem sido significativo", critica o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PR, José Carlos Cal Garcia Filho. Na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), a delegacia de São José dos Pinhais mantém 106 presos em um espaço onde só caberiam 24, número parecido com o de Colombo. Em Piraquara, a capacidade da delegacia é de oito detentos, mas há 45. Em Fazenda Rio Grande, 71 detentos ocupam um espaço que deveria ser destinado a apenas 26. (BK)

CONTINUA

16 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

"MOEDA DE TROCA"

Em três motins ocorridos em menos de 40 dias em presídios do estado, os detentos exigiam transferência para outras cidades. Para um agente da PCE – que não quis ser identificado – a situação expõe os diversos riscos da categoria. Segundo ele, a unidade não dispõe de mecanismos básicos de segurança, como algemas e cadeados. "Viramos moedas de troca. Nos fazem reféns, exigem transferência e são transferidos", afirmou.

Aniele Nascimento/Gazeta do Povo



**Protesto
mobiliza 200
agentes em
Piraquara**

Cerca de 200 agentes penitenciários do Paraná estiveram reunidos entre as 7h30 e meio-dia de ontem em uma mobilização em frente ao Departamento Penitenciário (Depen), no Complexo Penal de Piraquara. O protesto ocorreu no dia em que a secre-

tária de Justiça do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes, viajou a São Luiz para ajudar no controle da crise penitenciária que o Maranhão enfrenta. O Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen) explica que o protesto é para chamar a atenção para a falta de segurança enfrentada pelos trabalhadores nas unidades prisionais paranaenses e também para a carência de efetivo nesses locais.

MARANHÃO

Em Pedrinhas, 150 presos estão há três dias em greve de fome

Ao menos 150 presos mantêm há três dias uma greve de fome em três pavilhões da CCPJ (Central de Custódia de Presos de Justiça) do complexo de Pedrinhas, em São Luís, no Maranhão. A estimativa é do vice-presidente do sindicato dos agentes penitenciários, Cezar Castro Lopes. E os que se recusam a comer querem mobilizar também os detentos das outras sete unidades prisionais que compõem o complexo prisional de Pedrinhas. A intenção de ampliar a greve de fome, segundo o sindicato, é uma forma de os presos protestarem contra a presença da Polícia Militar e da Força Nacional de Segurança em Pedrinhas, desde dezembro. O complexo, projetado para 1.770 homens, abriga 2.196. Ontem, o estado do Maranhão, que vive uma crise no sistema prisional, optou por utilizar tornozeleiras eletrônicas, equipamentos para monitorar presos que estão fora de unidades penitenciárias.

16 JAN 2014

GAZETA DO POVO

➤ JUDICIÁRIO

No meio das férias, presidente do STF viajará à Europa com verba pública

Joaquim Barbosa receberá R\$ 14,1 mil para fazer palestras e se encontrar com autoridades. Após revelação do caso, Supremo informa que descanso do ministro será oficialmente interrompido

■ O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, receberá 11 diárias de viagem pagas pelo Judiciário, no valor total de R\$ 14.142,60, durante suas férias. O pagamento das despesas foi autorizado pelo Supremo porque ele agendou encontros com autoridades e duas palestras como ministro do STF — em Paris (França) e Londres (Inglaterra), nos próximos dias 24 e 29, respectivamente. Logo após a divulgação da notícia, o STF informou que Barbosa vai interromper suas férias, iniciadas no último dia 7, para participar das palestras e das outras atividades.

Até a terça-feira, nem as palestras tampouco os encontros constavam da agen-

11 DIÁRIAS

serão recebidas por Joaquim Barbosa. Ministro estará na Europa entre os próximos dias 20 e 30. Oficialmente, as férias do presidente do STF começaram no último dia 7 e só se encerrariam em fevereiro.

da oficial do ministro. As palestras foram incluídas na agenda nesta quarta-feira — o que levou à revelação de que Barbosa receberia as diárias. Só posteriormente à divulgação da notícia é que foi esclarecido o restante da agenda na Europa, que se estende de 20 a 30 de janeiro

Barbosa também se encontrará com o presidente do Conselho Constitucional da França (equivalente ao STF no Brasil), Jean-Louis Debré, e com a ministra da Justiça francesa, Christiane Taubira. Na Inglaterra, a agenda do ministro prevê encontros com associações de juízes e advogados, com o diretor da Biblioteca Britânica, com o presidente da Ordem dos Advogados da Inglaterra

e do País de Gales, além de um almoço na residência do embaixador do Brasil, entre outros eventos.

Sem prisão

Apesar da previsão inicial de sair em férias a partir do dia 10, Barbosa antecipou seu período de descanso e deixou Supremo no último dia 7. Por não ter assinado o mandado de prisão do deputado federal João Paulo Cunha (PT-SP), condenado no processo do mensalão, Barbosa foi criticado por outros ministros do Supremo. O próprio Cunha cobrou explicações de Barbosa, que apesar de ter negado dois de seus recursos no mensalão e ter determinado sua prisão saiu sem assinar o mandado. Oficialmente, Barbosa só volta ao Supremo em fevereiro, para a abertura do ano do Judiciário.

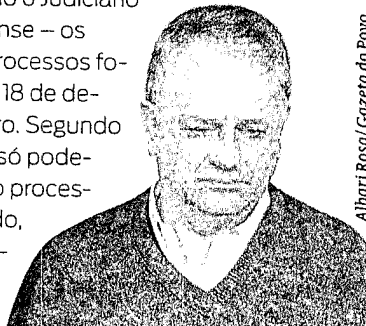
16 JAN 2014

GAZETA DO POVO

Notas Políticas

Condenação de Bibinho

Ao contrário do que foi divulgado ontem, a condenação do ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa do Paraná **Abib Miguel (foto)**, o Bibinho, foi publicada no Diário da Justiça na última terça-feira. Bibinho foi condenado a quase 19 anos de prisão por envolvimento no escândalo dos Diários Secretos. De acordo com a 9ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná, o prazo para que Bibinho seja notificado e possa recorrer da decisão começa a contar a partir de hoje. O advogado de Bibinho, Eurofino Reis, diz que mesmo que ele seja notificado ainda nesta semana, o processo só volta a andar a partir da próxima segunda-feira, quando o Judiciário volta do recesso forense – os prazos de todos os processos foram suspensos entre 18 de dezembro e 20 de janeiro. Segundo o advogado, Bibinho só poderá ser preso quando o processo transitar em julgado, ou seja, quando esgotarem as possibilidades de recursos.



Albari Rosa/Gazeta do Povo

Alfás...

Bibinho está em casa acompanhando o desenrolar do processo, de acordo com seu advogado. "Tranquilo ele não está; ninguém ficaria com uma condenação. Mas vai fazer o quê? Tem que continuar a vida", relata o advogado sobre a rotina do ex-diretor da Assembleia.

GAZETA DO POVO

Celso
Nascimento

O nó agora é na previdência

“**R**equíão tem razão”, dizia o velho slogan pintado nos muros, mas quase nunca levado a sério em razão da contradição intrínseca que o bordão eleitoral continha. Mas agora os olhos azuis do senador esbugalham-se um pouco mais diante da possibilidade de que, pelo menos desta vez, reconheçam que ele pode ter mesmo razão ao afirmar que o estado não cumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e que, portanto, não pode contrair financiamentos.

É dele uma iniciativa para barrar a liberação do empréstimo do Proinveste, no valor de R\$ 817 milhões, que já havia sido prometido pela presidente Dilma Rousseff durante a audiência que concedeu ao governador Beto Richa em novembro do ano passado. O estado não viu a cor desse dinheiro até agora nem das demais operações que dependem de aval da União, num total de R\$ 3,2 bilhões. Seria esta mais uma maldade de Requíão contra o governador Beto Richa, o adversário que pretende enfrentar na eleição des-

te ano? A coluna foi atrás da resposta percorrendo (telefonicamente) vários gabinetes brasilienses. Até que chegou ao Ministério da Previdência Social (MPS) e constatou que é lá que ainda existe um nó a ser desatado pelas autoridades estaduais. Começamos pelo começo: o governo estadual penava desde 2011 com negativas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em conceder aval aos empréstimos. A persistente alegação da STN era de que o estado não cumpria a LRF, gastando com pessoal acima do limite permitido. Embora continuasse culpando os dois principais ministros paranaenses (Gleisi Hoffmann e Paulo Bernardo) pelo seu calvário, o governador Beto Richa acabou reconhecendo que, de fato, precisava ajustar as finanças estaduais à

16 JAN 2014

LRF. Ministros ou reza braba não seriam mesmo capazes de resolver o problema. E foi, então, que determinou que se fizesse uma espécie de “contabilidade criativa”: anunciou cortes de despesas, demissões de comissionados (81 dentre as 1.000 prometidas) e, sobretudo, promoveu uma gambiarra legal para extirpar os inativos e pensionistas civis e militares da rubrica das despesas com pessoal. Jogou a conta para a Parana Previdência, comprometendo-se a transferir-lhe mensalmente (retroativamente desde janeiro do ano passado) R\$ 225 milhões por mês. Com base nas informações que prestou à STN, a secretária da Fazenda, Jozélia Nogueira, foi alçada à condição de heroína da pátria por ter removido o último obstáculo à obtenção dos empréstimos. A STN acatou como corretas e suficientes as medidas do Paraná, elogiou-as e mandou os processos seguirem para outras instâncias do governo federal. Uma dessas instâncias é o Ministério da Previdência Social, responsável pela fiscalização de todas as instituições previdenciárias do país. Em dezembro, o MPS começou a verificar se as medidas adotadas pelo Paraná eram de fato regulares. Embora seus estudos não sejam ainda conclusivos, o MPS já encontrou indícios de ilegalidades.

CONTINUA

16 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Fonte do ministério que pediu sigilo relata que, por exemplo, o governo do Paraná não cumpriu os repasses que deveria fazer à Paranaprevidência, assim como seria também irregular a transposição de recursos entre os fundos previdenciário e financeiro da instituição.

À mesma fonte a coluna indagou: essas constatações se devem às denúncias que o senador Roberto Requião encaminhou ao Ministério Público? E a resposta: sim e não. O MPS já estava trilhando os mesmos caminhos, mas o extenso arrastado de Requião está ajudando a apressar os estudos. Não significa que o ministério venha a consagrar o slogan "Requião tem razão" — mas também não descarta que ele tenha a sua. O esforço, no entanto, vai em sentido contrário, isto é, não causar transtornos ao governo do Paraná e emitir tão logo quanto possível a certidão que, finalmente, o tornará apto a obter os empréstimos.

Olho vivo

Precatórios

A pedido de parte interessada, o TJ emitiu certidão dando conta de um fato grave: em dezembro, o governo estadual deixou de repassar à conta do Judiciário a parcela mensal de 2% de sua receita líquida anual para pagamento de precatórios. É de R\$ 40 milhões o valor que o estado, condenado pela Justiça, deixou de pagar à fila de credores. O repasse de recursos para pagamento de precatórios é uma obrigação constitucional, prevista no artigo 97 dos Atos e Disposições Transitórias. O parágrafo 10 desse artigo diz que "enquanto perdurar a omissão" o ente devedor "não poderá contrair empréstimo externo ou interno", não receberá repasses federais e o "chefe do Poder Executivo responderá na forma da legislação de responsabilidade fiscal e de improbidade administrativa".

16 JAN 2014

GAZETA DO POVO

» LICITAÇÃO

Maranhão adia pregão para contratar buffet de luxo

O governo do Maranhão decidiu adiar a licitação para contratar uma empresa de organização de eventos e serviços de buffet para atos públicos em todo o estado ao longo de 2014. Com custo estimado em quase R\$ 1,4 milhão, o pregão, marcado para amanhã, pretendia pagar R\$ 103,61 por convidado em almoços e jantares e exigia, em um dos cardápios, servir canapé de caviar.

O aviso de adiamento até futura decisão do governo estadual foi publicado na página do Maranhão na internet. A manifestação do pregoeiro oficial estadual, Francisco de Salles Ferreira, é da quinta-feira passada, dia em que os veículos de comunicação revelaram a licitação.

Histórico

Um dia antes, o governo estadual já havia adiado, sem prazo para relançar, duas licitações para a compra de alimentos para as residências oficiais da governadora Roseana Sarney (PMDB). Estimadas em R\$ 1,1 milhão, as concorrências listavam como itens para aquisição 2,4 toneladas de camarão, 80 quilos de lagosta fresca, 750 quilos de patinha de caranguejo, 50 potes de foie gras e 300 unidades de panetone.

As compras estavam previstas para ocorrer mesmo com a ameaça de o estado sofrer uma intervenção federal nos sistemas de segurança pública e penitenciário.

16 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CASO USTRA

Justiça barra processo que poderia punir crime da ditadura

! A Justiça Federal em São Paulo declarou extinto o processo no qual o coronel da reserva Carlos Alberto Brilhante Ustra foi denunciado pelo crime de ocultação de cadáver. Segundo o juiz federal Fernando Américo de Figueiredo Porto, substituto da 5ª Vara Federal Criminal, o prazo de punição do crime, que teria ocorrido em 1972, durante a ditadura militar, já prescreveu. Ustra comandou a área de informações e operações de repressão do 2º Exército, em São Paulo, no início da década de 70. Segundo a denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF), ele e o ex-delegado de polícia Alcides Singillo foram os responsáveis pelo sequestro e o desaparecimento do militante político Hiroaki Torigoe. Uma vez que o cadáver nunca apareceu, os procuradores da República alegaram que o crime é permanente e deve ser punido de acordo com a legislação atual. Mas o juiz entendeu que o crime está prescrito. O MPF deve recorrer.

16 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

STF paga diárias de Barbosa na Europa

Presidente da Corte deve gastar quase R\$ 14 mil para proferir duas palestras durante período de férias

Mandado de prisão de João Paulo Cunha ficou pendente

Brasília - O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, receberá 11 diárias, no valor total de R\$ 14.142,60, durante suas férias, para proferir duas palestras - em Paris (França) e Londres (Inglaterra). Dados do tribunal mostram que Barbosa receberá diárias para viajar no período de 20 a 30 de janeiro.

A primeira palestra que Barbosa fará está marcada para o dia 24 em Paris, segundo a assessoria do Supremo. A segunda ocorre cinco dias depois, em Londres. O cronograma do evento francês, publicado no site da Agence Nationale de la Recherche - uma agência do governo francês

dedicada à pesquisa científica - indica que Barbosa fará uma palestra de 30 minutos sobre a influência da publicidade das sessões do Supremo, transmitidas ao vivo pela TV Justiça, na racionalidade das decisões do tribunal. Na segunda palestra, marcada para o dia 29 na Inglaterra, o presidente do Supremo falará sobre o funcionamento da Corte, em colóquio organizado pelo King's College de Londres.

Oficialmente, Barbosa está em férias. Voltará ao Supremo apenas no início de fevereiro, para a abertura do ano do Judiciário. No final do ano passado, após a última sessão plenária do tribunal, o ministro disse em entrevista que tiraria 20 dias neste mês - do dia 10 ao dia

30. Na ocasião, em entrevista gravada, ele disse que descansaria até o fim de janeiro. Perguntado sobre seu destino durante as férias, respondeu: "Você está querendo saber demais".

Entretanto, ele antecipou a saída e deixou pendente o mandado de prisão do deputado João Paulo Cunha (PT-SP), condenado por envolvimento no esquema do mensalão. De acordo com informações do tribunal, não houve tempo hábil para que ele assinasse o mandado antes de viajar. João Paulo permanece em liberdade, à espera de uma decisão da Corte. Internamente, a decisão de seu presidente de viajar antes de anunciar uma decisão para o caso do petista provocou críticas entre colegas de tribunal.

Com a saída do ministro para as férias, assumiu interinamente o comando do STF a ministra Cármen Lúcia. No início da próxima semana, ela deixa o posto e em seu lugar assume temporariamente o ministro Ricardo Lewandowski. Tanto Carmen como Lewandowski deverão deixar a tarefa de assinar o mandado do deputado do PT para Barbosa.

A defesa de João Paulo entende que nenhum dos dois ministros teria poder para determinar a prisão imediata do parlamentar. Tal decisão caberia somente a Barbosa, que é o relator do processo. De fora do País, conforme integrantes do tribunal, Barbosa não poderia assinar a ordem de prisão.

16 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

Agente penitenciário é feito refém em Piraquara

Rodrigo Batista
Equipe Bonde

Piraquara - Presos da Penitenciária Central do Estado (PEC) em Piraquara (Região Metropolitana de Curitiba) fizeram um agente penitenciário de refém na tarde ontem por cerca de duas horas. O grupo, composto por 18 presos, pedia transferência para unidades mais próximas de suas cidades de origem. O agente não ficou ferido durante o motim.

Até o fechamento desta edição, a negociação para libertar o agente já havia sido encerrada. Os presos seriam transferidos para penitenciá-

rias de Londrina, Maringá e Foz do Iguaçu. Segundo a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju), os detentos aguardavam a chegada dos camburões que fariam a transferência para libertar o agente. O diretor do Departamento de Execuções Penais (Depen) do Paraná e policiais militares do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) estiveram no local para negociar com os detentos.

Manifestação

Pela manhã, 150 agentes penitenciários realizaram um ato em frente ao Depen, em Piraquara, para pedir melho-

res condições de segurança e a contratação de mais funcionários para as penitenciárias. Segundo o vice-presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen), Antony Jhonson, o déficit de agentes chega a 1,2 mil em todo o Estado. Ele pede agilidade na contratação dos 423 agentes que foram aprovados no concurso realizado em 2013. "Nossa manifestação é pela falta de contingente. Precisamos de mais efetivo, a insegurança é grande", disse Jhonson.

A Seju informou que os agentes concursados devem ser chamados até março.

LUIZ GERALDO MAZZA

Cerco total

O medievalismo presidiário não é apenas o do Maranhão e seu teatro macabro, mas de todo o país. E por isso a OAB nacional recomendou às seccionais que avaliassem, em cada Estado, a situação do sistema. Por essa razão óbvia é que o Paraná também assina manifestação nacional denunciando o Brasil como grave infrator na área de Direitos Humanos na Organização dos Estados Americanos que já condenou nossos dirigentes, Requião e Lerner, pela morte de sem terras.

LAGOSTAS



16 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

TJ-RJ manda CBF rebaixar Portuguesa

Rio - O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro concedeu no início da tarde de ontem uma liminar determinando que a CBF cumpra a decisão do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), que no final do ano rebaixou a Portuguesa para a Série B.

No dia 27, o time do Canindé foi punido no "tapetão" pela escalção do meia-atacante Héverton no jogo contra o Grêmio, válido pela última rodada do Campeonato Brasileiro. No julgamento, a Lusa perdeu quatro pontos e ocupou o lugar do Fluminense na zona de rebaixamento.

Dois dias antes da partida, o jogador havia sido suspenso por dois jogos pela Justiça Desportiva por conta de uma expulsão ele só havia cumprido um jogo de gancho. O clube paulista alega, no entanto, que só tomou ciência da punição no dia seguinte ao jogo, com a publicação da decisão no site da CBF.

Além da Portuguesa, o Flamengo também perdeu quatro pontos por escalar de maneira irregular o lateral André Santos contra o Cruzeiro, em jogo válido pela última rodada do campeonato.

A liminar concedida no Rio atrapalha ainda mais a definição dos participantes do Campeonato Brasileiro deste ano. Na semana passada, a Justiça de São Paulo havia determinado a devolução dos quatro pontos ao Flamengo e à Portuguesa.

INFORME

Oito ações

O Ministério Público (MP) do Paraná levou à Justiça oito ações civis públicas por atos de improbidade administrativa contra o ex-prefeito de Campo Magro (Região Metropolitana de Curitiba) Rilton Boza (PMDB), gestão 2005-2008. As ações contestam diversos atos administrativos praticados por Boza, como casos de nepotismo, falta de pagamento de salários de servidores e ausência de repasses ao INSS. No caso de nepotismo, segundo ao MP, havia "pessoas que, fora de cargos equivalentes ao de secretário, ostentavam grau de parentesco até terceiro grau com prefeito, vice-prefeito, secretários municipais e vereadores". O ex-prefeito não foi localizado pela reportagem.

16 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO Facebook é condenado a indenizar usuária do RS

Justiça determinou que a rede social pague R\$ 13,5 mil por não ter retirado do ar uma imagem adulterada

Ligia Aguilhar

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS) condenou o Facebook Brasil a indenizar em R\$ 13.560 uma usuária da rede social que teve uma imagem adulterada e compartilhada com mensagem ofensiva na rede social.

A autora da ação, a consultora Sandra Oliveira, alegou no processo que uma foto dela, divulgada na rede social em 2012, teve as cores adulteradas sem sua autorização, com a frase “Maquiagem é uma coisa! Tentar roubar o emprego do Patati Patatá é outra.” “Ela era gerente de uma empresa e foi comunicada em uma reunião que uma foto dela estava circulando no Facebook”, disse o advogado da autora da ação, José Otávio Ribeiro Crespo.

Sandra alega ter utilizado o recurso de denúncia do Facebook para solicitar a remoção da imagem, mas seus pedidos não foram atendidos. Após três meses, entrou com a ação. “As fotos só foram retiradas após determinação judicial, meses depois. É difícil excluir todas. Até hoje encontramos imagens na rede. Foram mais de 30 mil compartilhamentos”, diz Crespo.

Ao analisar o caso no ano passado, a juíza de Direito Nelita Teresa Davoglio, da 1ª Vara Cível do Foro Regional do Partenon, na Comarca de Porto Alegre, julgou procedente a ação movida pela usuária e fixou a indenização em R\$ 5 mil por danos morais. A juíza considerou que, mesmo após a autora denunciar a imagem compartilhada na rede social de acordo com as orientações do site, o Facebook só a eliminou após ordem judicial.

o Decisão

R\$ 13,5 mil

é o valor da indenização estabelecida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

R\$ 5 mil

foi a indenização estabelecida antes de a autora recorrer

Insatisfeitas com a sentença, as partes recorreram. A autora solicitou uma indenização maior e o Facebook alegou que a extrapolação dos limites da liberdade de expressão deve ser julgada pelo Judiciário e não pelo Facebook, tendo, por isso, excluído o conteúdo ofensivo somente após a ação judicial.

O relator do caso, desembargador Jorge Luiz Lopes do Canto, negou a apelação do Facebook e julgou procedente o pedido de aumento da indenização por danos morais. O valor foi fixado em R\$ 13.560.

Segundo o relator, não cabe somente ao Judiciário emitir juízo de valor acerca da ilegalidade ou não da imagem “quanto mais quando é flagrante, com evidente prejuízo à imagem”. “Nós não sabemos a origem da foto. A sentença determina também que o Facebook forneça o IP do computador do responsável por colocar a foto na rede, mas eles não atenderam ao pedido até agora”, diz Crespo.

As partes têm 15 dias para recorrer da decisão. O advogado de Sandra diz que pretende recorrer novamente, porque o valor afixado “não é justo”. Procurado pelo Estado, o Facebook Brasil se limitou a dizer que “não comenta casos individuais”.

FACEBOOK

Foto adulterada rende indenização a usuária

A Justiça do Rio Grande do Sul condenou o Facebook Serviços Online do Brasil a pagar R\$ 13,5 mil de indenização a uma usuária que teve imagem de seu perfil adulterada, acrescida de mensagem ofensiva (“Maquiagem é uma coisa, tentar roubar o emprego do Patati Patatá é outra”) e compartilhada na rede social. A usuária disse que denunciou o uso indevido da imagem ao site, que só removeu a foto por ordem judicial.

16 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Estado de SP tem superlotação em 9 de cada 10 prisões

Sistema tem 206.954 detentos para 123.448 vagas; governo alega que polícia é a que mais prende e especialistas veem força do crime

Com 40% da população carcerária do País, o Estado de São Paulo tem hoje nove de cada dez unidades prisionais superlotadas. Dados da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) mostram que 135 dos 155 presídios paulistas estão com mais detentos do que vagas: 87%. O governo Geraldo Alckmin (PSDB) justifica o cenário com o aumento do número de prisões feitas pela polícia. Para especialistas, a realidade fortalece ainda mais o crime organizado.

A capital e a Grande São Paulo concentram dez dos 15 presídios mais lotados (*leia mais no infográfico*). A situação é mais caótica nos Centros de Detenção Provisória (CDPs), voltados para presos que estão em regime fechado. Das 41 unidades, apenas a de Riolândia, norte do Estado, inaugurada em novembro do ano passado, não está superlotada.

Até agora, Alckmin entregou 11 dos 30 CDPs prometidos nas eleições de 2010. Outros dez estão em construção, com capacidade para 7.960 presos.

Ao todo, o Estado tem 123.448 vagas, somados os leitos nos três hospitais para presos e as camas nos setores de inclusão e do pavilhão disciplinar. A população carcerária, a maior do País, é de 206.954 detentos. O déficit é de 83.506 vagas.

Apenas nas 77 penitenciárias espalhadas pelo Estado a superlotação é de 80%. A Penitenciária de Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) em Presidente

Bernardes, no oeste do Estado, para onde vão os presos de alta periculosidade, é a que tem a menor lotação: 22 detentos para 160 vagas.

Mais prisões. Segundo o governo, o aumento de 39.848 presos na população carcerária nos últimos três anos, já descontando aqueles que ganharam a liberdade, ocorre porque "São Paulo tem hoje a polícia que mais prende no Brasil". A média mensal de inclusões no sistema penitenciário subiu de 8.447 em 2011 para 9.411 no ano passado.

O diretor jurídico da Pastoral Carcerária, José de Jesus Filho, afirma que o déficit prisional é fruto da guerra contra as drogas lançada pelo governo. "A administração penitenciária não é capaz de acompanhar o crescimento das prisões por droga, provocando uma superlotação que aumenta as tensões e fortalece o crime organizado nos presídios", afirmou.

Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), em 2005, havia 13.927 presos por tráfico de entorpecentes nos presídios paulistas. Em 2012, o número subiu para 57.130, alta de 310%.

O governo afirma que por meio do Plano de Expansão das Unidades Prisionais já entregou 14 presídios e prevê mais 35, com 39 mil vagas, mas ainda enfrenta resistência de diversas cidades. Além disso, informa que "criou o Programa de Geração e Ampliação de vagas no regime

semiaberto, que prevê a geração de 9.522 vagas", das quais 854 já foram entregues. Hoje, 14 unidades estão em obras que vão abrir mais 6.248 postos para o sistema.

Em Lavínia, 50% da população está atrás das grades

Com três penitenciárias superlotadas, a cidade de Lavínia, no oeste paulista, tem mais da metade de seus habitantes na prisão. Dos 9.995 moradores contabilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 5.288 estão presos nas unidades que têm capacidade total para 2.304 detentos.

Não à toa que em 2012 Lavínia elegeu um carcereiro como prefeito. Mário Hiroshi Yamashita (PSDB), de 63 anos, é agente penitenciário e já trabalhou num dos presídios da cidade.

Segundo ele, as penitenciárias, inauguradas a partir de 2002 a 3,5 km do centro, turbinaram a economia a ponto de ele pleitear a quarta unidade. "Só com a folha de pagamento dos 800 funcionários, são R\$ 2,5 milhões por mês. Antes só tinha um táxi. Hoje são 35. Pousada, não tinha nenhuma. Hoje temos seis. A cidade fica mais segura porque tem mais policiais", disse. /F.L.

CONTINUA

16 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ANÁLISE: *Cláudio Langroiva Pereira*

Falta de progressão das penas alimenta cenário caótico

Além do grande número de prisões, a superlotação dos presídios, que é uma realidade brasileira, deve-se à falha sistêmica nos processos de execuções penais. Há um número significativo de presos que deveriam ter progredido do regime fechado para o semiaberto, mas que não são transferidos por falta de vagas.

O Estado não tem recursos humanos e financeiros para administrar de forma eficaz o sistema penitenciário. As Parcerias Público-Privadas (PPP), como a que foi feita em Belo Horizonte, e como São Paulo pretende adotar, são uma alternativa viável para amenizar o cenário caótico, mas se deve priorizar as unidades de progressão da pena.

O que vemos hoje é uma política cada vez mais voltada para sistemas fechados, com presídios de segurança máxima, e um abandono das unidades do regime semiaberto.

No fechado, o indivíduo fica restrito de liberdade e não tem incentivos para progredir, estudar e trabalhar. Vive em uma estrutura precária, com péssima higiene, alimentação e superlotação. O abandono faz com que os presos passem a administrar o presídio, ditando "leis", um círculo vicioso negativo.

A lei prevê o patronato, para prestar assistência e garantir a reinserção social dos egressos, mas isso praticamente inexistente.



O ESTADO DE S. PAULO

PSDB quer testar

ex-ministra do

STP nas urnas

Luciana Nunes Leal / RIO

16 JAN 2014

Nomeada ministra do Supremo Tribunal Federal pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2000, Ellen Gracie, a primeira mulher a fazer parte da mais alta corte do País, está nos planos eleitorais do PSDB. Ela é vista até como possível companheira de chapa do senador Aécio Neves (PSDB), embora a sigla trabalhe para a escolha de um nome com densidade eleitoral em São Paulo.

Ellen Gracie deixou o Supremo em 2011, aos 63 anos, sete anos antes da aposentadoria compulsória. A ex-ministra é cotada para concorrer ao Senado pelo Rio, sua terra natal. Os tucanos gostariam que Ellen Gracie fosse um contraponto à possível candidatura do governador Sérgio Cabral (PMDB), que deixará o cargo no dia 31 de março. Cabral tem planos de concorrer ao Senado na chapa do vice-governador Luiz Fernando Pezão (PMDB), que ficará oito meses no governo e disputará a reeleição.

Em junho de 2013, a ex-ministra deixou o Conselho de Administração da OGX, petroleira do empresário Eike Batista em processo de recuperação judicial e rebatizada de Óleo e Gás Participações. No mesmo dia, saíram também os conselheiros Pedro Malan e Rodolpho Tourinho, ex-ministros do governo Fernando Henrique. Em outubro, Ellen Gracie filiou-se ao PSDB, a tempo de se candidatar a algum cargo eletivo este ano.

Uma terceira opção discutida pelos tucanos é que a ex-ministra dispute o governo do Rio de Janeiro, na hipótese de Aécio e Fernando Henrique não conseguirem convencer o técnico de vôlei Bernardinho a entrar na disputa. Bernardinho é o plano A dos tucanos para o Estado que tem o terceiro maior eleitorado do País. Semana passada, Bernardinho negou ser candidato à sucessão do governador Sérgio Cabral.